

# PROGRAMA “EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA NA PRISÃO”

CLÁUDIA KAUL ARANALDE DIAS  
SUPERINTENDÊNCIA DOS SERVIÇOS PENITENCIÁRIOS/RS

## Resumo

Este relato de experiência apresenta o programa denominado “Educação em Direitos Humanos e Cidadania na Prisão”, desenvolvido na Penitenciária Estadual do Jacuí do Rio Grande do Sul. O projeto teve como objetivo conscientizar e instrumentalizar o preso para a busca da observância de seus direitos e deveres, por meio do compartilhamento de informações básicas, contribuindo para o fortalecimento da cidadania e do respeito ao outro. Os conteúdos foram tratados de maneira dialógica e crítica, como prevê a educação popular pautada nos ensinamentos de Paulo Freire. As manifestações sobre os temas abordados foram críticas e reflexivas, apontando-nos que os encarcerados têm plenas condições de pensar criticamente e assumir sua condição de cidadão. Os resultados apontam um trabalho de grandes desafios, contudo, possibilitando uma nova dinâmica no estabelecimento prisional.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação. Direitos Humanos. Sistema Prisional.

## INTRODUÇÃO

Este programa compreende que os Direitos Humanos são pautados nas garantias de direitos civis, por isso, vislumbra os caminhos possíveis para a sua concretização no âmbito do sistema prisional. Assim, no diálogo sobre os direitos humanos é fundamental abordar seu caráter universal, entendendo que eles se destinam a todos os seres humanos, independentemente de classe social, orientação sexual, etnia ou credo religioso. A concretização desses direitos é condição fundamental para a efetivação da cidadania.

Nessa direção, a educação, neste projeto, torna-se um espaço para a produção do conhecimento e para o exercício da cidadania, entendida como engajamento no processo de transformação de si e do mundo, baseada em valores que fundamentam a cooperação, a participação, o respeito ao outro, à individualidade e à diversidade, a valorização do potencial transformador de todo indivíduo (CORRÊA, 2010).

Devemos considerar que o modelo de encarceramento que é praticado no Brasil, infelizmente, acaba alimentando um ciclo de violências que se projeta para toda a sociedade; somado a isso, temos também a convivência num ambiente degradante, que em nada promove a transformação daqueles que estão encarcerados. O ideal de ressocialização, proposto pela Lei de Execução Penal, e o que é a realidade no sistema prisional indicam a contradição no descumprimento da lei pelo Estado, considerando ainda sua ausência na promoção de políticas sociais e direito das pessoas presas. Esse contínuo descumprimento de direitos impõe a essas pessoas vivências e práticas prejudiciais, causando diversos danos, tanto físicos quanto psíquicos (OLIVEIRA, 2007).

Nesse contexto, faz-se importante realizar um paralelo entre direitos humanos e Sistema Prisional Brasileiro. As pessoas privadas de liberdade, independentemente do crime cometido, não abdicam da condição de seres humanos de direitos e deveres. A participação efetiva é um conceito bastante problematizado na atualidade. É a partir dela que o cidadão pode almejar e conquistar os direitos humanos (KOLLING, 2012).

No entanto, o que se percebe é a baixa participação dos sujeitos nos espaços públicos de discussão, reflexão e decisão, sendo a população encarcerada aquela mais discriminada muito antes do encarceramento. Portanto, pode-se dizer que esse é o grande entrave no processo de construção e consolidação da cidadania, pois sem mobilização e participação não há conquistas, e a cidadania acaba ficando seriamente comprometida. Promover a inclusão dessa parcela da sociedade discriminada em temas que tratam da justiça social, justiça restaurativa, ética, solidariedade, entre outros, é fundamental quando se objetiva um trabalho de ressocialização e reintegração social.

Paradoxalmente, o tratamento digno e com respeito aos presos é indício da civilização de uma sociedade e o primeiro passo que se dá na tentativa de regenerar a vida daqueles que um dia haverão de estar entre nós (PAIXÃO, 1987). E é nesse cenário que os técnicos do sistema prisional se inserem, na tentativa de poder levar às pessoas privadas de liberdade dignidade, conhecimento associado ao resgate da autoestima, respeito, valores, entre outros aspectos. Nessa tarefa, os profissionais acabam enfrentando muitos desafios e adversidades, porque a lógica da prisão é sempre o controle e a segurança. Tudo que for proposto fora dessa lógica vai acontecer sob muita resistência e controle na dinâmica do funcionamento prisional. Essa contradição é constante e os profissionais muitas vezes passam a se submeter às normas impostas pela dinâmica

prisional ou resistem, através da promoção de práticas coletivas libertárias, como a realização deste trabalho.

Diante desse panorama, verifica-se que em razão do modelo de política punitiva de justiça contemporânea em que nos encontramos atualmente, o caos no sistema penitenciário instalou-se de modo a trazer graves consequências. Além do aumento do número de pessoas presas, observamos a cada dia o recrudescimento da vigilância e da disciplina, pois o que temos assistido é um esfacelamento das políticas penitenciárias, comprometendo o que se considera como o objetivo primordial da pena, a ressocialização do preso (OLIVEIRA, 2007).

O relato dessa atividade pretende apresentar uma experiência desenvolvida num ambiente resistente e precário a tudo, podemos dizer, até, esquecido de tudo. Sobre a formação de um programa, é importante relatar que inicialmente partimos da ideia de desenvolver apenas um projeto piloto, porém, no decorrer do trabalho, verificamos que tínhamos diante de nós potencial para o desenvolvimento de um programa maior sobre a temática, promovendo, assim, um trabalho contínuo na prisão.

Nesse contexto, o programa “Educação em Direitos Humanos e Cidadania na Prisão” iniciou com um projeto composto por quatro módulos, com a duração de dois meses, nos quais foram abordados assuntos relacionados a educação, cidadania, solidariedade, autoconhecimento e importância dos documentos pessoais para o exercício da cidadania. Ao longo da realização do projeto, surgiu a ideia de incorporarmos posteriormente, como complemento deste, a comemoração de datas importantes ao longo do ano, trazendo reflexões importantes sobre temas pertinentes ao nosso público. Ainda assim, de acordo com o que vínhamos observando como resultados do projeto, entendemos a importância de incluirmos os servidores penitenciários em uma capacitação, a fim de minimizarmos as resistências e possibilitar a esse público um entendimento do seu fazer, bem como do trabalho técnico na prisão.

## JUSTIFICATIVA

A proposta inicial do projeto piloto foi o de oferecer instrumentos às pessoas privadas de liberdade para a conscientização dos seus direitos e deveres como cidadãos, numa perspectiva crítica e reflexiva, por meio do compartilhamento de informações básicas, contribuindo para o fortalecimento da cidadania e respeito ao outro. Esta proposta surgiu a

partir de uma demanda excessiva de confecção de documentos pessoais, certidão de nascimento e reconhecimento de paternidade dos internos ao setor técnico psicossocial do estabelecimento prisional. Além disso, verificou-se que, entre as pessoas privadas de liberdade, era comum o extravio de documentos pessoais, muitas vezes, com a justificativa de que seriam reconhecidos pela polícia, enquanto em liberdade.

Diante desse contexto, a possibilidade de oferecer informação e conscientização dos seus direitos e deveres, numa perspectiva crítica e reflexiva, na condição de reclusos, é impulsionar o respeito à sua dignidade e à do outro e a valorização dos instrumentos de cidadania (FREIRE, 1997). Somado a isso, nossa aproximação com as dificuldades da escola prisional, nesse momento, levou-nos a perceber o quanto é importante prestigiarmos essa parcela que também luta diariamente para que as aulas aconteçam e não acabe se extinguindo pela falta de valorização.

A Penitenciária Estadual do Jacuí (PEJ) fica localizada no município de Charqueadas/RS. Faz parte do maior complexo penitenciário da América Latina, junto a outras seis penitenciárias da Região Carbonífera do Rio Grande do Sul. A capacidade da estrutura prisional é para 1.530 presos, no entanto, hoje estão reclusos 2.700 presos aproximadamente, sendo que o estabelecimento atende a população do sexo masculino. Importante destacar que a gestão do estabelecimento prisional é realizada pela Brigada Militar e não pela Superintendência dos Serviços Penitenciários (Susepe), atualmente subordinada à Secretaria da Administração Penitenciária (Seapen) do estado e responsável pela administração do sistema prisional do estado do Rio Grande do Sul. Apesar de ter essa responsabilidade, a gestão da referida penitenciária pela Brigada Militar representa um diferencial significativo no modelo de gestão prisional, mas não melhor ou pior, comparando-se um com o outro. A Brigada Militar tem por função o policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública no âmbito do estado do Rio Grande do Sul, e não a gestão dos estabelecimentos prisionais. Contudo, podemos afirmar que o trabalho da Brigada Militar na gestão do estabelecimento prisional destaca-se pela excelência e dedicação na prestação de serviços aos seus usuários, assim como a gestão dos agentes penitenciários pela Susepe.

Importante destacar que são os técnicos superiores penitenciários da Susepe – advogado, assistente social, enfermeiro e psicólogo – que desenvolvem ações de “tratamento penal”, contudo o número de técnicos é inexpressivo em relação ao número de encarcerados, na quase totalidade do sistema prisional no Rio Grande do Sul. Ainda assim, programas de

educação prisional, bem como de trabalho prisional, quase não existem. Atualmente há apenas uma turma de ensino fundamental em atividade, no turno da manhã, e uma de ensino médio, no turno da noite, para um público de aproximadamente 2.700 encarcerados. Destaca-se que quase não há atividades de trabalho prisional que contemplem um número significativo de internos. Algumas iniciativas, como reciclagem de lixo e produção de sabão, ainda se mantêm como trabalho no estabelecimento prisional a um pequeno número de internos beneficiados.

Este panorama favorece ainda mais a lógica da segurança e controle dentro do sistema prisional, aumentando a sensação de impotência de quem, como nós, técnicos responsáveis pela promoção de atividades de ressocialização, luta para levar a um número maior de pessoas privadas de liberdade algo que lhes faça sentido e proporcione realização pessoal.

Diante desse contexto, pode-se afirmar que a implantação desse programa vai de encontro à engrenagem da prisão, pois o sistema não está preparado para receber ações de inclusão social ou de ressocialização, seja por toda estrutura física da prisão, seja pela precária formação dos agentes penitenciários para entender e valorizar as atividades de formação humana oferecida aos presos.

## ETAPAS

Inicialmente partiu-se para a apresentação do projeto à direção da casa prisional e equipe de segurança, a fim de viabilizarmos o seu desenvolvimento. Foram apresentadas as etapas de cada módulo, juntamente com o cronograma previsto. A partir do envolvimento da equipe técnica, dos chefes de segurança e da equipe diretiva do estabelecimento prisional, por meio de reuniões de planejamento para a implantação do projeto, obteve-se o comprometimento de todos com as atividades propostas. Além disso, houve também a sensibilização com a temática e a humanização nos processos, especialmente no estabelecimento de uma relação de respeito com o condenado na sua dignidade, tratando-o como sujeito de direitos e não como objeto de execução penal. Organizou-se também a participação de convidados palestrantes com experiência na temática, a fim de contribuírem com uma palestra no final de cada módulo. Sob esse aspecto, é importante ressaltar que a autorização para o acesso de pessoas externas ao ambiente prisional em geral é vista pelos dirigentes como ameaçadora à dinâmica prisional; esperou-se, com isso, que o projeto

pudesse contribuir para uma abertura do cárcere para a sociedade de forma mais facilitada (BRASIL, 2013). Nesse sentido, a intervenção no cárcere deve encontrar o equilíbrio entre o respeito à autonomia dos presos e os princípios basilares de funcionamento do projeto, de forma que um não se sobreponha ao outro (SÁ, 2010).

#### **A) ETAPA 1**

Nesse primeiro momento, junto à chefia e segurança do estabelecimento prisional, definiu-se o público-alvo e foram ressaltadas orientações para a viabilidade do projeto, em função da dinâmica da segurança. Importante destacar que o projeto foi proposto para os custodiados do regime fechado e, dentre esse público, os alunos da única turma de educação fundamental do estabelecimento prisional, além dos internos que haviam solicitado a confecção de documentos ao setor psicossocial, oriundos das galerias sugeridas pela segurança. Assim, chegou-se a um grupo de trinta participantes. A ideia de compor este projeto junto à escola da casa prisional foi a de oferecer aos alunos a oportunidade de participar de atividades que, geralmente, não são contempladas pelo currículo tradicional, além de garantir apoio para o funcionamento e a manutenção da escola, aliando um trabalho interdisciplinar junto aos internos.

#### **B) ETAPA 2**

Após concluída a seleção dos participantes, o próximo passo foi chamá-los para uma reunião, a fim de apresentar o projeto e verificar o interesse do grupo na atividade. Ressalte-se que a participação no projeto foi voluntária e a participação dos condenados ocorreu de modo bastante assíduo.

Deve-se destacar que tivemos algumas ausências dos integrantes, devido a transferências ou a troca de regime. Além disso, alguns condenados ingressavam após o início do projeto, oriundos da escola. Esses foram fatos bastante significativos para pensarmos a organização do programa, nas próximas edições.

O projeto teve início no mês de junho de 2019 e ocorreu uma vez por semana, às segundas-feiras, no turno da manhã. A conclusão se

deu no final do mês de julho, quando foram realizadas a autoavaliação e a entrega do certificado, com a participação do diretor do estabelecimento prisional. Como instituições envolvidas, o projeto contou com a participação de representantes da Defensoria Pública Estadual e do Comitê de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do RS.

### c) ETAPA 3

#### INÍCIO DO PROJETO

O projeto foi executado em quatro módulos, sendo cada módulo trabalhado semanalmente e concluído com uma palestra, na semana posterior. Os palestrantes foram autoridades convidadas, com experiência nas temáticas abordadas. As instrutoras responsáveis pelo desenvolvimento dos módulos foram as técnicas superiores penitenciárias da Superintendência dos Serviços Penitenciários – uma psicóloga e uma assistente social – e a educadora do ensino fundamental do “Núcleo Estadual de Educação de Jovens e Adultos e Cultura Popular Julieta Villamil Balestro” do estabelecimento prisional.

#### ***Módulo 1 – Identidade***

---

*Semana 1:* Temas – Identidade Pessoal, Valores, Autoestima

*Semana 2:* Palestrante – Dra. Isabel Wexel, Defensora Pública

#### ***Módulo 2 – Cidadania***

---

*Semana 3:* Temas – Direitos, Deveres, Cidadania

*Semana 4:* Palestrante – Dra. Marina P. Muniz Cappellari, Defensora Pública

#### ***Módulo 3 – Direitos Humanos***

---

*Semana 5:* Temas – Convivência em Grupos, Ética, Direitos Humanos

*Semana 6:* Palestrante – Tenente Fernando Protti (Chefe responsável pela segurança do estabelecimento prisional)

#### ***Módulo 4 – Documentos***

---

*Semana 7:* Temas – Documentos Pessoais, Confecção do Mural

*Semana 8:* Palestrante – Dra. Patrícia Couto, Advogada, Assembleia Legislativa

**D) ETAPA 4**

O projeto foi finalizado com a elaboração de uma autoavaliação pelos participantes e a entrega do certificado de participação.

**E) ETAPA 5**

Confecção dos documentos: Carteira de Identidade aos participantes. Participação do Instituto Geral de Perícias do RS.

**F) ETAPA 6**

Reunião de avaliação da atividade junto à chefia e direção do estabelecimento prisional.

Avaliação da atividade com as responsáveis pelo projeto, visando levantar os aspectos positivos e negativos, tendo-se a perspectiva de aprimorar a atividade para as próximas turmas.

As atividades sugeridas foram compostas por conteúdos e dinâmicas acerca das diferentes dimensões dos direitos humanos, da cidadania e dos temas transversais, como ética, saúde, família, meio ambiente, pluralidade cultural, importância da documentação na vida pública e privada, visando estimular a autonomia e a consciência crítica dos cidadãos, para que estejam aptos ao pleno exercício da cidadania, quando de sua liberdade (CANDAU, 1995). A transversalidade, nesse caso, consistiu na abordagem de temas que não se incluem integralmente em uma única disciplina, mas perpassam todas. Dessa forma, foram planejados debates, com os temas citados, que despertassem o interesse dos participantes por meio de atividades dinâmicas que proporcionavam a troca de conhecimentos mediante o uso de materiais diversos, como cartolinas, canetas, lápis, pincéis coloridos, lápis de cor, recortes de revistas e jornais, folhas de papel A4, vídeos e fita adesiva.

Também foram utilizados instrumentos de mídia como retroprojetor, para a apresentação de Power Point, caixa de som e computador. Após a apresentação do conteúdo, geralmente através de uma palestra ou de documentário, filmes e animações – entre eles, *Menino do pijama listrado*, *Intocáveis* e *Carandiru* –, passava-se a discussões, atividades



dinâmicas, produções artísticas e momentos para sanar as dúvidas. O local para o desenvolvimento do projeto foi a sala de aula que fica localizada no setor de Atividade Terapêutica Ocupacional (ATO) da casa prisional. Importante destacar que se trata de um local situado no fundo da cadeia, úmido, frio, sem ventilação, e as condições são inapropriadas para atividades que necessitam de material multimídia.

Os conteúdos foram trabalhados sempre de maneira dialógica e crítica, baseando-se no referencial dos presos para a construção coletiva do conhecimento, como prevê a educação popular pautada nos ensinamentos de Paulo Freire (2000). Como conclusão das atividades, foi realizada uma avaliação, na qual os participantes puderam referir os pontos positivos e pontos negativos do projeto, e foi entregue um certificado àqueles que obtiveram uma frequência de 75% nos encontros.

Conforme a ideia inicial deste projeto, aos participantes foi oferecida, após a conclusão do curso, a possibilidade da confecção dos documentos com prioridade àqueles que obtiveram a frequência exigida. Para isso, convidamos o Instituto Geral de Perícias do estado (IGPRS) como parceiro neste projeto, a fim de que se dispusesse a confeccionar as carteiras de identidade aos que solicitaram; no entanto, fomos informados de que para esse semestre o IGPRS não poderia se comprometer com o agendamento dessa atividade. Contudo, conseguimos agilizar o processo para aqueles participantes posteriormente à conclusão do projeto, numa ação do IGPRS na penitenciária, no decorrer do mês de agosto de 2019.

Importante ressaltar a ideia de continuidade deste projeto, promovendo as próximas turmas, sempre ao término da anterior, a fim de obtermos um número maior de internos participantes. Dessa forma, sempre teremos uma turma em funcionamento.

Outra atividade desenvolvida dentro do programa foi o evento das “Datas Comemorativas”. Organizamos um calendário com as principais datas comemorativas do ano de 2019, que estivessem associadas à temática do projeto. O público-alvo foi previsto junto à segurança do estabelecimento prisional, visando incluir aqueles internos com perfis/delitos identificados com as temáticas abordadas. Para o desenvolvimento das palestras, buscou-se a participação de representantes convidados, com experiência na temática, e dos técnicos que trabalham no próprio estabelecimento prisional, visando valorizar o profissional que atua diretamente com o público-alvo.

Durante o mês de agosto, trabalhamos com as seguintes atividades, conforme o projeto das datas comemorativas:

## AGOSTO

### 1) *Mês da conscientização da violência contra a mulher*

Foi realizada uma palestra com cerca de 20 apenados, na qual foram apresentados aspectos importantes sobre a construção dos papéis sociais, vulnerabilidade feminina, classificação da violência contra a mulher, entre outros. Utilizaram-se como instrumentos apresentação de curtas-metragens e documentários, entre eles *Realidade cruel – Dia de visita* e *Adolescentes dão lição de amor e respeito às mulheres*. Na ocasião, os internos puderam refletir sobre os papéis sociais esperados do homem e da mulher, a construção da masculinidade e da feminilidade, a dinâmica da violência contra a mulher, entre outros aspectos. Ainda assim, tiveram a oportunidade de refletir criticamente sobre o tema abordado.

### 2) *Semana da paternidade responsável*

No período de 26 a 30 de agosto, comemorou-se a “Semana da Paternidade Responsável” no estabelecimento prisional. Nessa semana, foram realizados eventos sobre o tema com um grupo de aproximadamente 30 apenados. O cronograma de atividades previsto incluiu palestras com o diretor, com a psicóloga da casa prisional, e contou também com a participação da Coordenadoria de Assistência Social da região de Charqueadas, bem como a apresentação do filme *Rei Leão*, com a proposta de debate posteriormente. Todas as atividades foram voltadas às questões da paternidade, visando uma reflexão crítica e informativa.

## ATIVIDADES PREVISTAS NO PROGRAMA “EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA/2019”

## SETEMBRO

### 1) *Mês de conscientização sobre a prevenção ao suicídio: “Setembro Amarelo”*

Palestras informativas ao efetivo do estabelecimento prisional.

Palestra sobre o tema para os internos.

## OUTUBRO

### 1) *Ecologia: Cuidados com o meio ambiente, importância da reciclagem do lixo*

Palestras informativas ao efetivo do estabelecimento prisional.

Palestra sobre o tema para os internos.

2) *Saúde da mulher: comemoração do “Outubro Rosa”*

Palestras informativas para as servidoras do estabelecimento prisional.

Entrega de informativos (*folders*) para as visitantes dos internos.

## NOVEMBRO

1) *Saúde do homem: “Novembro Azul”*

Palestras informativas para o efetivo do estabelecimento prisional.

Palestra sobre o tema para os internos.

2) *Aprendendo com as diferenças: LGBT*

Palestras informativas para o efetivo do estabelecimento prisional.

Palestra sobre o tema para os internos.

## DEZEMBRO

1) *Direitos Humanos*

Palestras para o efetivo do estabelecimento prisional.

Palestra para os internos.

## CONCLUSÃO

A realização deste projeto nos levou ao enfrentamento de muitos desafios, porém nos mostrou que vale a pena lutarmos por práticas mais humanistas e ressocializadoras dentro da prisão. Além disso, mostrou-nos que há muito por fazer; a cada evento realizado, saímos com a sensação de que, ainda que sejam apenas algumas sementinhas a serem plantadas, estamos no caminho certo! Entendemos que, diante de tanta falta de recursos, nossa ferramenta é o nosso saber, o conhecimento. Para os assistidos, nossa presença faz diferença! Precisamos mais, mais amor, mais esperança, mais olhar para esse público tão humilhado, esquecido,

mas que daqui a pouco estará entre nós, pois não existe pena de morte, para que simplesmente o apaguemos do nosso convívio.

O desempenho dos participantes revelou que estamos diante de uma parcela da sociedade que necessita de voz, reconhecimento e pertencimento social. O potencial, tanto narrativo quanto documentado, dos condenados expôs a exclusão social e os preconceitos que vivenciaram ao longo de suas vidas e aos quais estão sujeitos. Pudemos observar expressões simples desses indivíduos, com muitas falhas no desenvolvimento cognitivo, mas cheias de significado e representações. Ainda assim, as manifestações sobre os temas abordados foram críticas e reflexivas, apontando-nos que os encarcerados têm plenas condições de pensar criticamente e assumir sua condição de cidadão; faltam-lhes oportunidades, conhecimento e valorização.

Além disso, foram muitas as manifestações de agradecimento pela participação no projeto, sendo que muitos puderam expressar o quanto suas vidas irão mudar depois de terem passado por essa experiência; o quanto adquiriram conhecimentos que, até então, pareciam-lhes inexistentes. Muitos também ressaltaram que utilizavam o que aprenderam para repassar aos companheiros de galeria. Importante destacar que recebemos também solicitações com nomes de apenados para participação nas próximas atividades. Isso demonstra que estamos no caminho certo, no caminho da educação, da participação e de valorizar cada vez mais esse tipo de atividade.

Importante destacar que as resistências ao desenvolvimento deste projeto foram muitas. Ainda que a direção e a equipe de segurança da casa prisional tenham-se posicionado favoravelmente ao desenvolvimento deste projeto, sofremos inúmeras resistências durante sua realização, pois entendemos que mudar a lógica do aprisionamento, da submissão e humilhação praticadas cotidianamente nesse ambiente, não é tão aceitável quanto possa parecer. Oferecer um trabalho diferenciado, no qual os presos possam expressar-se e pensar por si mesmos, é romper com grandes barreiras e exige do profissional muito empenho e o entendimento de que, como servidores de uma instituição totalizante, vemo-nos submetidos à engrenagem da prisão, o que acaba naturalizando nossa rotina de trabalho individualizante e sem sentido (FOUCAULT, 2010). Nesse contexto, qualquer atividade proposta fora do modelo esperado é tida como incômoda e desnecessária.

Ao término de várias palestras, oferecíamos aos participantes a possibilidade de refletirem e elaborarem suas interpretações, por meio

das técnicas disponibilizadas, a fim de que expressassem suas ideias sobre o tema. Como forma de produção, os participantes criaram vários murais com colagens de figuras e elaborações textuais de modo reflexivo e crítico. Os murais foram expostos na sala de aula e ficaram às vistas de agentes que ali circulavam, por isso ouvimos várias críticas aos trabalhos ali postados, tais como: a queixa de que esse tipo de atividade não poderia ocorrer com a finalidade de fazer críticas à polícia, por exemplo. Depois disso, verificamos que os murais foram retirados da sala de aula, sem a nossa permissão, ou sem qualquer aviso de que dali seriam retirados. Sobre esse aspecto, observamos que as atividades inovadoras, além de requerem alterações na rotina do trabalho na prisão, exigindo maior esforço aos agentes penitenciários, recebem críticas constantes destes, demonstrando falta de compreensão no trabalho realizado (SÁ, 1998). Além disso, percebemos que não tínhamos sempre o mesmo número de participantes nas atividades. Fomos alertadas pelos internos de que alguns não vieram participar porque não foram chamados pela segurança. Diante desse fato, ficamos impotentes, pois as atividades são elaboradas com muita dedicação e contando com um público significativo para que os participantes possam aproveitá-las ao máximo.

Em face dessas ocorrências, concluímos que este programa poderá se expandir a fim de levar capacitação e informação aos agentes penitenciários, o que virá a contribuir com o desenvolvimento do nosso trabalho e a minimizar as resistências encontradas, além de obtermos um olhar mais ampliado sobre o cárcere.

Ainda assim, verificamos que a prisão não foi arquitetada para atividades de desenvolvimento humano, pois deparamo-nos constantemente com um ambiente insalubre e precário, com umidade, falta de luz, pouca ventilação e a manutenção de um modelo de vigilância, na sala de aula, entre grades, que separam o professor e o aluno. Diante desse cenário, como falar de cidadania e direitos humanos? Essa foi uma situação que por várias vezes nos questionamos, porém, reconhecer a importância do nosso trabalho com essas pessoas nos leva a superar essas adversidades. Nossa presença, ainda que “do outro lado”, é muito significativa, pois há o entendimento de que nos importamos com eles, sim; queremos estar ali, sim; nossa tarefa será a de fazer mais e fundamentalmente lutar para que espaços melhores sejam criados.

Além disso, pouco ou quase nada se investe para que esse tipo de atividade seja realizado. Quase sempre o investimento é o do técnico, que precisa contar com o seu material, desde equipamento de multimídia a outros mais simples, ou restringir as atividades com os materiais disponí-

veis, que quase sempre são muito precários. Não contamos com nenhum investimento para que esse tipo de atividade acontecesse, e percebemos que essa demanda ainda é pouco relevante para os dirigentes. Diante de tantas adversidades, são vários os fatores que concorrem para que o profissional naturalize o seu fazer em práticas individualizantes e pouco críticas. Para finalizar, temos a perspectiva de continuidade desse programa, mesmo diante das adversidades expostas, pois cremos que nosso fazer tem que fazer sentido para nós e para quem o recebe.

À guisa de conclusão, reitera-se que a presente iniciativa foi uma experiência construtiva, gratificante e viável, mesmo diante de tantos percalços no seu desenvolvimento. Espera-se que esse registro possa impulsionar a viabilidade deste tipo de atividade a outros estabelecimentos prisionais. O conhecimento adquirido nesta experiência contemplou servidores e internos, numa perspectiva horizontal em que todos aprendem. Ao finalizar, compactuamos e trazemos para reflexão o pensamento de Alessandro Barata:

*“(...) a melhor prisão é aquela que não existe, ou onde o cárcere será melhor quanto menos cárcere for.” (BARATTA, 1990.)*

CLÁUDIA KAUL ARANALDE DIAS

E-MAIL: ARANALDE@TERRA.COM.BR

## PROGRAMA DE EDUCACIÓN EN DERECHOS HUMANOS Y CIUDADANÍA EN LA PRISIÓN

### Resumo

Este informe de experiencia presenta el programa llamado “Educación en Derechos y Ciudadanía en la Prisión”, desarrollado en la Penitenciaría Estatal Jacuí de Rio Grande do Sul. El proyecto respectivo tenía como objetivo crear conciencia e instrumentalizar al preso para el cumplimiento de sus derechos y deberes, mediante el intercambio de información básica, contribuyendo al fortalecimiento de la ciudadanía y el respeto por los demás. Los contenidos fueron tratados de manera dialógica y crítica, como lo predijo la educación popular basada en las enseñanzas de Paulo Freire. Las declaraciones sobre los temas abordados fueron críticas y reflexivas, señalando que los encarcelados tienen condiciones completas para pensar críticamente y asumir su condición de ciudadanos. Los resultados indican un trabajo de grandes desafíos, sin embargo, permitiendo una nueva dinámica en el establecimiento de la prisión.

**Palabras Clave:** Educación. Derechos Humanos. Sistema Penitenciario.

## REFERÊNCIAS

- BARATTA, A. (1990). Por un concepto crítico de reintegración social del condenado. *In*: OLIVEIRA, E. (coord.). **Criminologia crítica** (Fórum Internacional de Criminologia Crítica). Belém: CEJUP, p. 141-157.
- BRASIL. GDUCC. **Grupo de diálogo Universidade Cárcere Comunidade**: uma experiência de integração entre a sociedade e o cárcere. Brasília: Ministério da Justiça, 2013.
- CANDAU, Vera Maria *et al.* **Tecendo a cidadania**: oficinas pedagógicas de direitos humanos. Petrópolis: Vozes, 1995.
- CORRÊA, Darcisio. **Estado cidadania e espaço público**: as contradições da trajetória humana. Ijuí, RS: Unijuí, 2010. (Coleção Direito, Política e Cidadania, 22.)
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: história da violência nas prisões. 38. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- KOLLING, Gabriele. O direito ao direito humano à saúde no sistema prisional e a necessidade de um humano direito. *In*: **Relatório Azul, Comissão de Cidadania e Direitos Humanos**. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 2012.
- OLIVEIRA, Hilderline Câmara de. A falência da política carcerária brasileira. *In*: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 3., 2007, São Luiz. **Anais [...]**. São Luiz, MA: UFMA, 2007.
- PAIXÃO, Antônio Luiz. **Recuperar ou punir**: como o estado trata o criminoso. São Paulo: Cortez, 1987. v. 21.
- SÁ, Alvino Augusto de. **Criminologia clínica e psicologia criminal**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.
- SÁ, Alvino Augusto de. Prisionização: um dilema para o cárcere e um desafio para a comunidade. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, ano 6, n. 21, p. 117-123, jan./mar. 1998.